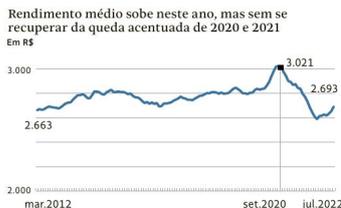
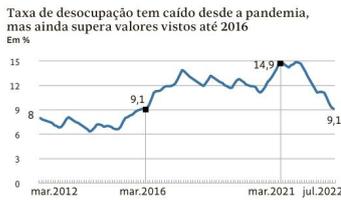


BC analisa queda recente do desemprego



Fonte: IBGE (PNAD Contínua mensal)

BC aponta risco de redução no desemprego elevar a inflação

Copom alerta para possibilidade de que melhora do mercado de trabalho comece a pressionar os preços

Nathalia Garcia

BRASÍLIA A melhora do mercado de trabalho traz risco de alta para a inflação no Brasil, indicou o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central na quarta-feira (21), ao anunciar a manutenção da taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano.

Entre economistas, há a visão de que o país pode estar se aproximando do que seria o nível do pleno emprego —o que pressiona principalmente os preços de serviços e adiciona preocupações para o controle da inflação.

De acordo com o comunicado do Copom, há risco de “um hiato do produto mais estreito que o utilizado atualmente pelo comitê em seu cenário de referência, em particular no mercado de trabalho”.

O hiato do produto mede a diferença entre o crescimento potencial da economia e o efetivo, e a situação do mercado de trabalho é um dos termômetros para estimar essa diferença.

A taxa de desemprego de equilíbrio, ou seja, aquela que não interfere na inflação (também conhecida como Nairu), é uma das formas de medir a ociosidade da economia. Quanto menor a taxa de desemprego, mais renda é liberada na economia e há aumento na demanda, o que gera pressão inflacionária.

Como não há um modelo único de cálculo para a Nairu, é um dado difícil de ser estimado. “É uma variável não observável, tem uma dispersão grande”, disse o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em um evento no início do mês, duas semanas antes do Copom.

Iniciada em 2012, a série histórica da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sobre o mercado de trabalho, limita a análise por apresentar números apenas em um período curto, de acordo com economistas.

Além disso, as observações incluem períodos conturbados, como a crise econômica de 2014 a 2016 e a pandemia de Covid-19, que teve início em 2020 —o que também complica a avaliação. Apesar da incerteza em torno da Nairu, o BC entende atualmente, segundo Campos Neto, que ainda há espaço na economia para gerar emprego sem pressionar a inflação. “Mas, quanto mais a gente olha, mais a gente vê que o espaço diminuiu recentemente”, disse.

A taxa de desemprego recuou para 9,1% no trimestre en-

cerrado em julho deste ano, segundo dados do IBGE. Foi o menor patamar desde 2015. No trimestre até julho de 2021, quando a economia continuava afetada pelas restrições em meio à pandemia de Covid-19, a taxa de desemprego estava em 13,7%.

Enquanto isso, o rendimento médio do trabalhador tem subido neste ano —embora ainda longe de se recuperar da queda acentuada de 2020 e 2021 (a renda ficou em R\$ 2.693 em julho, 2,9% abaixo de um ano antes).

“A economia brasileira operou aquém do pleno emprego de 2015 até alguns meses atrás. Quando a economia opera com folga de recursos produtivos, isso ajuda a manter a inflação baixa”, disse Bráulio Borges, pesquisador associado do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

“Agora isso sai de cena, porque a gente já está com uma economia bem próxima do pleno emprego, nesse sentido que surge a preocupação do BC”, acrescentou.

De acordo com os cálculos do economista, a taxa de desemprego de equilíbrio no Brasil oscilava entre 9,5% e 10% até 2017. Com a reforma trabalhista e a sanção da lei da terceirização, ele estima a redução de um ponto percentual, levando a Nairu para cerca de 8,5%.

“Existe, sim, a possibilidade de que a taxa de desemprego brasileira ainda neste ano vá para baixo dos 8,5%. Ou seja, aí a gente já estaria em uma economia superaquecida, mais ou menos o que está havendo hoje nos Estados Unidos”, afirmou.

Borges ressaltou ainda que o mercado de trabalho afeta principalmente a inflação de serviços, que é aquela que não depende tanto de fatores como mercado internacional, taxa de câmbio e preço de commodities —e é mais persistente.

Para outros economistas, a pressão do mercado de trabalho sobre a inflação no Brasil já começou. Nos cálculos de Alexander Schwartsman, ex-diretor do BC, a taxa natural de desemprego no país teria subido, passando da faixa entre 9% e 9,5% para algo em torno de 10%.

“O mercado de trabalho no Brasil, por incrível que pareça, estaria apertado e, estando apertado, significa que tem uma tensão inflacionária que o BC não estaria contemplando nesse exato momento. [O hiato] faz parte do balanço de riscos dele, mas não faz parte do cenário central”, disse.

Schwartsman lembra que, quando o Brasil registrou sua menor taxa de desemprego pela Pnad Contínua, em torno de 6,5% em 2014, a inflação estava “bombando”.

“Não dá para voltar para um nível de 6,5% sem ter pressões inflacionárias severas que eventualmente forcem o BC a pisar no freio”, afirmou. “A questão dele é saber: com o atual nível de desemprego, a gente vai ter tensões inflacionárias: sim ou não? Acho que ele está abrindo a possibilidade de que sim.”

Gabriel Couto, economista do Santander, corrobora a visão de que o mercado de trabalho superaquecido a curto prazo tem sido um fator de pressão adicional sobre a inflação.

A equipe do banco, contudo, espera um aumento da taxa de desemprego em razão de uma atividade econômica mais enfraquecida pelos efeitos defasados da política monetária sobre a economia.

“Projetamos um aumento da taxa de desemprego ao longo do segundo semestre, com o início dos efeitos mais intensos do aperto monetário, mas avaliamos que a desocupação deve permanecer abaixo da Nairu (estimada em torno de 10,5%) até meados de 2023, com o mercado de trabalho voltando a uma situação de maior ociosidade posteriormente”.



Funcionário protege vitrina em loja em Madrid; Espanha tem a maior taxa de desemprego, de 12,6% *Isabel Infantes - 19 jul.22/Reuters*

Desocupação cai, mas é a 5ª maior em ranking de 40 países

Leonardo Vicieli

RIO DE JANEIRO Em um ano, a taxa de desemprego do Brasil teve a queda mais intensa de uma lista com 40 países, conforme ranking da agência de classificação de risco Austin Rating.

Ainda assim, o indicador local está entre os mais elevados. É o quinto maior do levantamento, que avalia o comportamento de nações com dados já divulgados até julho, de acordo com a Austin.

A taxa de desemprego brasileira estava em 13,7% no trimestre até julho de 2021, quando a economia ainda era afetada por restrições para frear a Covid-19. Em igual período de 2022, o mais recente com informações disponíveis, o indicador recuou para 9,1%. A queda foi de 4,6 pontos percentuais.

Mesmo com o recuo mais intenso do ranking, a taxa de 9,1% só ficou abaixo das de quatro nações em julho. A Espanha (12,6%) está no topo, seguida de Grécia (11,4%), Colômbia (10,6%) e Turquia (10,1%).

Dos 40 países observados, 38 tiveram desocupação menor do que um ano antes. A queda disseminada sinaliza que as economias, incluindo a brasileira, vêm sendo beneficiadas especialmente pela trégua da pandemia, aponta Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating.

“O principal ator é o combate à Covid-19”, diz. “O quadro de desemprego melhorou no Brasil, mas ainda estamos no bloco dos países com as maiores taxas. Significa que precisamos avançar muito. Isso depende do crescimento econômico e da melhora do ambiente de negócios.”

Agostini, a exemplo de outros analistas, vê chance de a taxa de desocupação ficar próxima de 8% até dezembro. A reta final do ano, lembra, costuma ser marcada por contratações temporárias.

Durante a corrida eleitoral, o presidente Jair Bolsonaro (PL) tem usado a queda da desocupação como argumento para defender as ações adotadas pelo governo na área econômica. A ascensão de melhora do emprego, contudo, é prejudicada pela inflação persistente, que derrubou o poder de compra das famílias na pandemia.

A taxa de desemprego de 9,1% no Brasil, calculada pelo IBGE, está no menor patamar da série histórica comparável desde o trimestre encerrado em outubro de 2015. À época, o indicador também marcava 9,1%, e a economia nacional amargava recessão.

De acordo com Agostini, a explicação para a Espanha (12,6%) registrar a maior taxa de desemprego do ranking pode estar associada ao fato de o país europeu ter uma população mais envelhecida. Os trabalhadores mais velhos estão entre os mais prejudicados pelas restrições impostas durante a pandemia.

Outra ponta da lista elaborada pela Austin é ocupada pela Suíça. O país teve a menor taxa de desocupação até julho deste ano: 2%.

A China, por sua vez, teve a única alta no indicador, de 5,1% para 5,4%. A economia do gigante asiático, diz Agostini, ainda foi impactada nos últimos meses por restrições para conter o avanço do coronavírus.

Desemprego recua no Brasil e no exterior

Taxas de desocupação			
Em %	Jul.2021	Jul.2022	Diferença (em pontos percentuais)
1º Espanha	15,1	12,6	-2,5
2º Grécia	14,3	11,4	-2,9
3º Colômbia	12,5	10,6	-1,9
4º Turquia	11,5	10,1	-1,4
5º Brasil	13,7	9,1	-4,6
6º Chile	8,2	7,9	-0,3
7º Itália	9,1	7,9	-1,2
8º França	7,9	7,5	-0,4
9º Finlândia	7,6	7,1	-0,5
10º Suécia	8,5	7,0	-1,5
11º Índia	7,0	6,8	-0,2
12º Letônia	7,7	6,5	-1,2
13º Eslováquia	6,8	6,2	-0,6
14º Bélgica	6,2	5,9	-0,3
15º Portugal	6,6	5,9	-0,7
16º Estônia	6,2	5,8	-0,4
17º China	5,1	5,4	0,3
18º Lituânia	7,0	5,2	-1,8
19º Canadá	7,4	4,9	-2,5
20º Áustria	6,6	4,6	-2,0
21º Dinamarca	4,6	4,6	0
22º Luxemburgo	5,2	4,3	-0,9
23º Eslovênia	4,4	4,2	-0,2
24º Irlanda	5,8	4,2	-1,6
25º Islândia	5,4	4,1	-1,3
26º Rússia	4,5	3,9	-0,6
27º Holanda	4,1	3,6	-0,5
28º Reino Unido	4,4	3,6	-0,8
29º Estados Unidos	5,4	3,5	-1,9
30º Hungria	4,1	3,5	-0,6
31º Austrália	4,6	3,4	-1,2
32º Israel	4,9	3,4	-1,5
33º México	4,2	3,3	-0,9
34º Alemanha	3,5	2,9	-0,6
35º Coreia do Sul	3,3	2,9	-0,4
36º Noruega	5	2,9	-2,1
37º Japão	2,8	2,6	-0,2
38º Polônia	3,3	2,6	-0,7
39º Rep. Tcheca	2,6	2,3	-0,3
40º Suíça	2,8	2	-0,8

Fonte: Austin Rating

“Existe, sim, a possibilidade de que a taxa de desemprego brasileira ainda neste ano vá para baixo dos 8,5%. Ou seja, aí a gente já estaria em uma economia superaquecida, mais ou menos o que está havendo hoje nos Estados Unidos

Bráulio Borges pesquisador associado do FGV Ibre